

*P. Nelson Mathematics*

# ***ATITUDE QUILOMBOLA***

## CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA

### O Negro e o Estado

As condições sociais e políticas da população negra devem ser compreendidas, internacionalmente, tendo em vista o racismo do europeu em sua política de dominação na África e na América; por sua vez, no Brasil, não é possível entendê-las sem remeter ao caráter mais amplo da relação dessa população com a história da construção do tipo de Estado burguês que se constituiu neste país. Uma história marcada mais por conciliações do que por revoluções. Um estado que se modernizou economicamente, mas manteve relações que remontam uma cultura política cujos resquícios são de herança colonial, seja pelo clientelismo que permeia todas as instituições, seja pelo paternalismo ou autoritarismo. Um Estado que ao longo do processo histórico, tanto gestou políticas de eliminação e exclusão, quanto de cooptação e integração da comunidade negra – neste último caso apenas simbólica – sobretudo no século XX, com uma política de assimilação dos símbolos da negritude e da identidade nacional.

Foi assim que a necessidade de constituição da nação dentro do projeto de formação do Estado liberal, a brasileira, não se deu sem ambigüidade. Com o declínio da monarquia e a decadência da economia escravista, a elite dominante branca no poder de Estado vê-se com um dilema: como “integrar” a população negra dentro das novas formas de relações sociais e produtivas e ao mesmo tempo garantir o poder político e econômico? São colocadas em prática neste período toda uma política imigrantista. A qual visava constituir, aqui no Brasil, uma nação aos moldes europeus. A população negra então era legada a exclusão por um lado ou inclusão em posição subalterna ao cidadão branco fazendo trabalhos que os brancos recusavam. Em longo prazo restavam-lhes uma falsa promessa de inclusão pela miscigenação e embranquecimento .

O Estado brasileiro, por todas essas condições, pode excluir o negro socialmente e como agente político neste processo de 100 anos de modernização conservadora e, ao mesmo tempo gerar uma ideologia que se confunde com a construção da identidade nacional. A de que o Brasil teria se formado do encontro das três raças. Um país historicamente marcado pelo convívio cordial das três raças .Isto era justificado pelo convívio harmônico, afetivo e sexual entre negros e brancos por um lado e pela facilidade de ascensão de mestiços e mulatos via relações paternalistas (mito da democracia racial).

Sendo esta a estratégia da elite dominante, por sua vez os seguimentos das camadas médias, na formação do Estado moderno Brasileiro, procuraram negra ao negro a condição de sujeitos políticos. Neste sentido, dentro da própria leitura do pensamento marxista da esquerda brasileira , esta visão consistia em conceber toda a problemática das desigualdades sociais pelo viés economicista, com que era negada a desigualdade de raça, subordinada a contradição de classe, na qual o Estado por esta visão, era concebido como instrumento de dominação da elite, sobretudo pelo seu poder do uso da força.

Desta forma a tônica das lutas sociais iriam ser marcadas por reivindicações de políticas universais. Assim todas as outras formas de lutas que não tivessem como ponto central e determinante a relação capital-trabalho iriam ser menosprezadas por este mesmo pensamento. Assim os setores de esquerda iriam fazer uma leitura de que as lutas revolucionárias para a emancipação do povo brasileiro é datada do início do século XX com a chegada dos imigrantes e a formação dos primeiros sindicatos. Desta forma, foi menosprezado o potencial histórico da população negra no Brasil.

Esse potencial histórico pode ser constatado nas lutas dos quilombos, no período colonial, cuja a grande referência é Palmares. Pode se destacar também as lutas revolucionárias, século XVIII (Revolta dos alfaiates) e XIX (Revolta dos Malês). Sabemos que a população negra, ao longo desse processo histórico, buscou colocar-se como sujeitos políticos em suas reivindicações sociais e culturais. As instituições, políticas e culturais, neste sentido, foram usadas muitas vezes como forma de negociações importantes sendo que, estas instituições ora foram menosprezadas e contraditoriamente reprimidas, pela esquerda branca, ora assimiladas e cooptadas ideologicamente pela elite dominante no poder de Estado.

Do ponto de vista teórico podemos entender melhor esta problemática com uma teoria que recupere a importância da sociedade civil e da cultura nesta relação do negro com o Estado. Numa visão moderna de estado, Gramsci propõe uma leitura do Estado não como instrumento de dominação apenas, mas como uma arena, onde o Estado deve ser compreendido pela sua esfera política (governo, tribunais, exército, polícia.), mas também pela sociedade civil (igreja, sindicato, meios de comunicação de massa). Por esta leitura, a cultura não deve ser compreendida como uma esfera superestrutural subordinada a infraestrutura, mas deve ser vista como uma esfera relativamente autônoma a ser disputada na luta social. Pois se o máximo da realização da função política do Estado e da ditadura, com que busca a dominação dos grupos das camadas dominadas, este por sua vez só consegue legitimar-se e com isto conquistar a hegemonia por meio da universalização de um senso comum com o qual busca o convencimento dos dominados, mas isto só pode ser conquistado pela mediação das instituições privadas da sociedade civil (igrejas, escolas, mídia, universidades e etc.). Estas por sua vez, podem e devem ser disputadas pela ação política dos grupos dominados, no sentido de uma disputa contra hegemônica da sociedade.

O que pode se observar no que se refere as relações do movimento negro com os partidos, é que dentro do projeto de construção dos sujeitos políticos na modernidade, os negros sempre foram figurantes. Pois, quando tentaram fazer o papel principal na década de 30 e 40 (época da **Frente Negra**), com a construção de um partido, este projeto logo foi abortado pela ditadura getulista. Se por um lado o projeto da elite só incluía a população negra dentro dos moldes de uma relação de clientelismo e paternalismo, nunca como sujeitos políticos, por outro lado dentro do projeto da esquerda de tradição marxista nunca os negros e a questão racial foram vistos como estratégia para a transformação da sociedade, pois para estes as contradições sempre foram compreendidas por uma perspectiva racista que consistia em negar a problemática racial e reduzir todo entendimento das contradições por um viés economicista.

Na atualidade, a partir da reconstrução dos partidos, pós-ditadura militar, o movimento negro não conseguiu se colocar como agente político na disputa por uma política de Estado. Contudo, dentro dos seus limites e como disse Stive Biko “...por nossa própria conta” desmascarou-se a ideologia do mito da democracia racial e colocou-se em pauta na sociedade uma revisão historiográfica do negro com o resgate do papel histórico de Zumbi e a comemoração do 20 de novembro em contraposição ao 13 de maio (buscando enfatizar a resistência do povo negro e o seu potencial revolucionário em contraposição a leitura de passividade do negro no processo histórico). Assim é colocada pelos setores médio da população negra uma contundente denúncia do racismo na sociedade brasileira, sendo que neste processo o maior marco é a Fundação do MNU na década de 70.

Este movimento apresenta uma visão bastante crítica e contra hegemônica da condição do negro na sociedade, reivindicando a sua integração social e negando a ideologia do embranquecimento social e cultural, no que se diferencia da Frente Negra, que em 30, compartilhando do mito da democracia racial não conseguiu gerar uma ideologia contra hegemônica. Contudo, de modo geral, podemos dizer que se o limite da Frente Negra consistiu neste ponto de vista ideológico, por sua vez, por congregar um grande seguimento da população negra, cerca de 200.000 pessoas em todo o Brasil (principalmente em São Paulo), e funda uma experiência partidária, ela aponta para a possibilidade de autonomia organizacional do negro como sujeito político na sociedade brasileira; já o movimento negro da década de 70 cujo grande referencial é o MNU, contrariamente a experiência da outra geração, apesar de sua grande importância em conseguir pautar uma ideologia ao mito da democracia racial, denunciando o racismo e buscar fazer uma releitura da história e condição do negro na sociedade brasileira, nunca conseguiu ter uma participação e organização de massa, deixando sua ação política limitada dentro de uma participação dos partidos de esquerda.

Nesta perspectiva, a geração passada falhou mas, a nossa geração possui um compromisso ético de buscar construir uma alternativa popular para uma ação política que dê conta da demanda da questão racial, entendida dentro do processo histórico de transformação da sociedade brasileira. Ou seja, se a geração de 70 colocou em evidência a questão do racismo da sociedade brasileira, por outro lado não conseguiu fazer uma análise crítica da formação do Estado moderno brasileiro, tendo em vista o pacto consensual entre a elite e as camadas médias com relação a invisibilidade e exclusão dos negros como sujeitos políticos.

Assim começa a ser colocada pela nossa geração a problemática do poder concebendo-se que o racismo não deve estar circunscrito apenas a uma esfera da cultura racista, mas que tem no Estado sua responsabilidade histórica. Isto é, uma vez que, como é o Estado que tem a prerrogativa do uso legítimo da força, é ele que tem também a responsabilidade, quando não pela ação pela omissão diante da violência racial. Neste sentido, como este deve ser compreendido não só pela esfera política de coerção, mas também pelas instituições privadas e da sociedade civil, não é de nos surpreender a omissão dos partidos, mesmo de esquerda no tocante à problemática que envolve a dominação racial.

Quando então se estabeleceu o pacto de silêncio em torno do problema da organização, marginalização e segregação dos negros nos espaços geográficos como é o caso do

fenômeno das favelas, da questão da violência policial que atinge e extermina a uma grande parcela da população negra e sobre a política de educação que permitiu a exclusão significativa da parcela não branca da sociedade brasileira do acesso ao conhecimento formal, bem como o sucateamento de todas as outras instituições públicas de acesso às camadas negras tal como a saúde.

Assim, fica mais fácil entender a organização do próprio espaço geográfico brasileiro, onde observamos que na região sul diferentemente das outras regiões nas quais se encontram parcelas significativas da população não branca, as instituições públicas funcionam com qualidade tais como educação básica e saúde. Desta forma, podemos entender melhor o próprio subdesenvolvimento da região norte e nordeste.

Faz-se necessário então, partindo dessa nova leitura crítica do pacto hegemônico de poder branco e burguês na sociedade racista brasileira, resgatar a experiência revolucionária dos sujeitos políticos no Brasil, tomado como ideário a experiência dos quilombos de Zumbi, de convívio, sobre um modelo político negro, entre estes, índios e brancos pobres. Por sua vez, partindo dessa leitura da organização do Estado, busca-se construir uma organização que aponte para a articulação e mobilização da população negra como sujeitos políticos na disputa contra a hegemonia do poder de Estado dentro de uma nova perspectiva revolucionária.

Comissão Pró-Atitude Quilombola